

PERFORMANCE

**PROPOSTA PARA CURSO PREPARATÓRIO PARA A
CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE DIRIGENTES,
CONSELHEIROS E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS
NÍVEL BÁSICO
MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DE GOIÁS
ESTADO DE GOIÁS**



1. Nossos Pilares para Prestação do Serviço de Treinamento

MISSÃO

Capacitar e assessorar o RPPS para melhor executar todo seu trabalho.

VISÃO

Quanto maior o conhecimento e o compromisso, melhor o desempenho e o resultado, boas práticas previdenciárias são construídas diariamente.

VALORES E PRINCÍPIOS

Ética, respeito, compromisso e competência.

2. O Serviço oferecido pela Empresa

De acordo com o Manual da **Certificação Profissional de Dirigentes, Conselheiros e Comitê de investimentos dos RPPS**, em virtude da obrigatoriedade da certificação através da portaria 9.907 de 14 de Abril de 2020, que entrou em vigor em 01 de Abril de 2022, oferecemos um **curso preparatório para a prova** aplicada atualmente pelo Instituto Totum, ABIPEM e APIMEC, **a ser realizado de forma presencial, na cidade de Goiânia, nos dias 20 à 23 de maio de 2025**, contemplando 30 horas com todo conteúdo programático da ementa exigida pela SPREV conforme segue abaixo:

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1.1 Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública – arts. 37 ao 41 da CF;
- 1.2 Agentes públicos: conceito e classificação de agentes políticos; agentes administrativos – servidores públicos, empregado público, contrato temporário; agentes honoríficos – agentes delegados e agentes credenciados;
- 1.3 Regime jurídico do serviço público: conceitos de – servidor cargo público; posse, exercício, provimento, nomeação, promoção, aproveitamento, reintegração, readaptação, reversão, recondução, vacância, promoção, exoneração, aposentadoria, demissão, remoção, substituição;
- 1.4 Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) – arts. 28 e 89 ao 95;
- 1.5 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – arts. 23 ao 32;
- 1.6 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) – arts. 1º ao 14.

2. SEGURIDADE SOCIAL

- 2.1 Constituição Federal (CF/1988) – art. 194;
- 2.2 Previdência Social: conceito;
- 2.3 Regimes de Previdência:
 - 2.3.1 Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – art. 201 da CF/1988;
 - 2.3.2 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – art. 40 da CF/1988;
 - 2.3.3 Regime de Previdência Privada Complementar (RPC) – art. 202 da CF/1988;
 - 2.3.4 Emenda Constitucional nº 103/2019 – arts. 9º e 33.

3. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS

- 3.1 Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS;
- 3.2 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 3.2.1 Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º;
 - 3.2.2 Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75;
 - 3.2.3 Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84;
 - 3.2.4 Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art. 181.



4. PLANO DE BENEFÍCIOS

4.1 Portaria MPS nº 1.467/2022:

- 4.1.1 Concessão de benefícios – art. 157;
- 4.1.2 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158;
- 4.1.3 Regras de Acumulação de benefícios – art. 165.

5. PLANO DE CUSTEIO

- 5.1 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 5.1.1 Caráter contributivo – arts. 7º ao 10;
 - 5.1.2 Limites de contribuição – art. 11;
 - 5.1.3 Base de cálculo de contribuições – art. 12;
 - 5.1.4 Parcelamento de débitos – arts. 14 ao 17;
 - 5.1.5 Dação em pagamento – art. 187).

6. GESTÃO ATUARIAL

- 6.1 Portaria MPS nº 1.467/2022:
 - 6.1.1 Equilíbrio financeiro e atuarial – art. 25;
 - 6.1.2 Avaliação atuarial anual – art. 26;
 - 6.1.3 Base cadastral – art. 47;
 - 6.1.4 Plano de custeio proposto na avaliação atuarial – arts. 52 ao 54;
 - 6.1.5 Equacionamento do déficit atuarial – art. 55;
 - 6.1.6 Acompanhamento atuarial – arts. 67 ao 70.

7. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

- 7.1 Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS⁹:

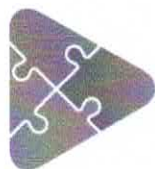
7.1.1 Resolução CMN nº 4.963/2021:

- 7.1.1.1 Da Alocação dos Recursos;
- 7.1.1.2 Da Política de Investimentos;
- 7.1.1.3 Do Segmento de Renda Fixa;
- 7.1.1.4 Do Segmento de Renda Variável;
- 7.1.1.5 Do Segmento de Investimentos no Exterior;
- 7.1.1.6 Do Segmento de Investimentos Estruturados;
- 7.1.1.7 Do Segmento de Fundos Imobiliários;
- 7.1.1.8 Do Segmento de Empréstimos Consignados;
- 7.1.1.9 Dos Limites Gerais;
- 7.1.1.10 Da Gestão;
- 7.1.1.11 Do Custodiante;
- 7.1.1.12 Das Outras Contratações;
- 7.1.1.13 Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários;
- 7.1.1.14 Do Controle das Disponibilidades Financeiras;
- 7.1.1.15 Dos Enquadramentos;
- 7.1.1.16 Das Vedações;

7.1.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e

Anexo VIII, arts. 1º ao 35:

- 7.1.2.1 Dos Investimentos dos Recursos;
- 7.1.2.2 Da Gestão da Aplicação dos Recursos;
- 7.1.2.3 Da Política de Investimentos;
- 7.1.2.4 Do Credenciamento de Instituições;
- 7.1.2.5 Das Alocações dos Recursos;
- 7.1.2.6 Da Avaliação e Monitoramento dos Riscos;
- 7.1.2.7 Da Categorização dos RPPS;
- 7.1.2.8 Das Aplicações em Títulos Públicos;
- 7.1.2.9 Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS;
- 7.1.2.10 Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos;
- 7.1.2.11 Das Medidas em Caso de Desenquadramento;
- 7.1.2.12 Do Segmento de Empréstimos Consignados;



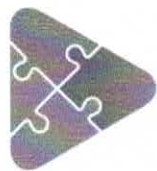
- 7.1.1 Definição;
- 7.1.2 Principais conceitos e características de instrumentos de Renda Fixa:
 - 7.1.2.1 Data de emissão, valor nominal atualizado e juros "acruados";
 - 7.1.2.2 Formas de remuneração – pré-fixada e pós-fixada e principais indicadores;
 - 7.1.2.3 Formas de amortização e pagamento de juros;
 - 7.1.2.4 Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio);
 - 7.1.2.5 Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de *covenant*, ocorrência de *cross default*), aquisição facultativa e opção de compra (opção *call*): conceitos, diferenças e impactos do ponto de vista do investidor;
- 7.3 **Principais instrumentos:**
 - 7.3.1 Títulos públicos;
 - 7.3.2 LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F: conceitos e características;
 - 7.3.3 Negociação de títulos públicos: mercado primário: leilões; mercado secundário: balcão;
 - 7.3.4 Tesouro Direto: conceito e características operacionais;
 - 7.3.5 Títulos privados bancários;
 - 7.3.6 Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: conceitos e características.
 - 7.3.7 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): conceito e características;
 - 7.3.8 Títulos corporativos;
 - 7.3.9 Debêntures: conceito e características;
 - 7.3.10 Notas promissórias: descrição, prazo, emissores, forma de resgate, liquidez, rentabilidade e registro;
 - 7.3.11 Títulos do segmento agrícola: Cédula de Produtor Rural – CPR, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA: conceitos e características;
 - 7.3.12 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI: conceitos e características;
 - 7.3.13 Operações compromissadas: conceitos e características;
 - 7.3.14 Caderneta de poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos;
 - 7.3.15 Fundo Garantidor de Créditos – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização;
- 7.4 **Instrumentos de renda variável:**
 - 7.4.1 Definição;
 - 7.4.2 Ações ordinárias, ações preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – *American Depositary Receipts* e BDRs – *Brazilian Depositary Receipts*) e bônus de subscrição: conceitos e características;
 - 7.4.3 Oferta primária e secundária: definições e distinção;
 - 7.4.4 Negociação, liquidação e custódia;
 - 7.4.5 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no SELIC: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F;
- 7.5 **Fundos de Investimentos:**
 - 7.5.1 **Resolução CVM nº 175/2022 – parte geral:**
 - 7.5.1.1 Características, Constituição e Comunicação;
 - 7.5.1.2 Definição de Fundos de Investimentos;
 - 7.5.1.3 Conceitos de Condomínio, Constituição e Registro na CVM;
 - 7.5.1.4 Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses;
 - 7.5.1.5 Segregação Patrimonial;
 - 7.5.1.6 Cotas;
 - 7.5.1.7 Classes abertas e fechadas;
 - 7.5.1.8 Emissão;
 - 7.5.1.9 Subscrição e Integralização;



PERFORMANCE

- 7.5.1.10 Resgate e Amortização;
- 7.5.1.11 Negociação com uso indevido de

- Informação Privilegiada;
- 7.5.1.12 Distribuição;
- 7.5.1.13 Investimento por conta e ordem;
- 7.5.1.14 Participação política do Investidor por Conta e Ordem;
- 7.5.1.15 Divulgação das Informações;
- 7.5.1.16 Envio de comunicações aos cotistas;
- 7.5.1.17 Divulgação de informações e Resultados;
- 7.5.1.18 Divulgação de cota e rentabilidade;
- 7.5.1.19 Balancetes e demonstrações contábeis;
- 7.5.1.20 Informações Eventuais: atos ou fatos relevantes;
- 7.5.1.21 Fundos Socioambientais;
- 7.5.1.22 Assembleia de Cotistas;
- 7.5.1.23 Assembleias Gerais de cotistas;
- 7.5.1.24 Assembleias Especiais de cotistas;
- 7.5.1.25 Prestação de Serviços;
- 7.5.1.26 Serviços Essenciais;
- 7.5.1.27 Funções do Administrador;
- 7.5.1.28 Funções do Gestor;
- 7.5.1.29 Negociação em Ativos em Mercados Organizados;
- 7.5.1.30 Limites de Composição e Concentração da Carteira;
- 7.5.1.31 Gestão de Liquidez;
- 7.5.1.32 Direito de Voto;
- 7.5.1.33 Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito;
- 7.5.1.34 Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês;
- 7.5.1.35 Remuneração;
- 7.5.1.36 Taxa de Administração e Gestão;
- 7.5.1.37 Taxa de Ingresso;
- 7.5.1.38 Taxa de Saída;
- 7.5.1.39 Taxa Máxima de Distribuição;
- 7.5.1.40 Acordos de Remuneração;
- 7.5.1.41 Vedações;
- 7.5.1.42 Obrigações;
- 7.5.1.43 Normas de Conduta;
- 7.5.2 **Carteira:**
- 7.5.2.1 Classes restritas e previdenciárias;
- 7.5.2.2 Encargos;
- 7.5.2.3 Patrimônio líquido negativo com limitação de responsabilidade;
- 7.5.2.4 Responsabilidade limitada de cotistas;
- 7.5.2.5 Responsabilidade ilimitada de cotistas;
- 7.5.2.6 Patrimônio líquido negativo;
- 7.5.2.7 Insolvência da classe de cotas;
- 7.5.3 **Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo Normativo I da Resolução CVM nº 175/2022:**
- 7.5.3.1 Prestação de Serviços;
- 7.5.3.2 Obrigações do Administrador, Gestor e Custodiante;
- 7.5.3.3 Disposições Gerais;
- 7.5.3.4 Vedações;
- 7.5.3.5 Distribuição e Subscrição;
- 7.5.3.6 Carteira;
- 7.5.3.7 Ativos Financeiros no Brasil;
- 7.5.3.8 Ativos Financeiros no Exterior;
- 7.5.3.9 Limites por Emissor;
- 7.5.3.10 Limites por Modalidade de Ativo Financeiro;
- 7.5.3.11 Deveres quanto aos Limites de Concentração;
- 7.5.3.12 Tipificação;
- 7.5.3.13 Fundos de Renda Fixa;



PERFORMANCE

- 7.5.3.14 Fundo de Ações;
- 7.5.3.15 Fundos Cambiais;

- 7.5.3.16 Fundos Multimercados;
- 7.5.3.17 Fundos Incentivados em Infraestrutura;
- 7.5.3.18 Fundos Destinado à Garantia de Locação Imobiliária;
- 7.5.3.19 Concentração em Crédito Privado;
- 7.5.3.20 Investimentos em Cotas de Outros Fundos de Investimento Financeiro;
- 7.5.3.21 Exposição ao Risco de Capital;
- 7.5.3.22 Classes Restritas;
- 7.5.3.23 Encargos;
- 7.5.4 Outros tipos de fundos: características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022:
 - 7.5.4.1 Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC;
 - 7.5.4.2 Fundos de Investimento Imobiliário – FII;
 - 7.5.4.3 Fundos de Investimento em Participações – FIP;
 - 7.5.4.4 Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; *Exchange Traded Funds* – ETFs e ETF ASG;

7.5.4.5 Fundos Previdenciários.

8 GESTÃO CONTÁBIL

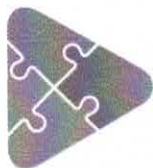
- 8.5 Portaria MTP nº 1.467/2022 (capítulo V, seção III);
- 8.6 Lei nº 4.320/1964 (títulos VIII e IX):
 - 8.6.4 Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária (arts. 75 ao 82);
 - 8.6.5 Título IX – Da Contabilidade (art. 83 ao 106);
- 8.7 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, capítulo 4:
 - 8.7.4 Item 4.1: introdução;
 - 8.7.5 Item 4.2.1: aspectos gerais;
 - 8.7.6 Item 4.2.2: aspectos legais;
 - 8.7.7 Item 4.2.3 – aspectos orçamentários e patrimoniais;
- 8.4 IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS: aspectos contábeis e relatórios específicos RPPS e conceitos.

9. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- 9.1 Normas da compensação previdenciária:
 - 9.1.1 Lei nº 9.796/1999;
 - 9.1.2 Decreto nº 10.188/2019;
 - 9.1.3 Portaria MPS nº 1.400/2024:
 - 9.1.3.1 Das disposições preliminares – capítulo I;
 - 9.1.3.2 Do termo de adesão ao Comprev e contrato com a empresa de tecnologia – capítulo II;
 - 9.1.3.3 Do tempo de contribuição – art. 10;
 - 9.1.3.4 Do encaminhamento de requerimentos – arts. 14 ao 18, 20, 22 e 24 ao 27;
 - 9.1.3.5 Da análise de requerimentos – arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46;
 - 9.1.3.6 Do cálculo das parcelas – arts. 47, 52, 53 e 58;
 - 9.1.3.7 Da apuração de valores – arts. 59, 62, 66, 67 e 68;
 - 9.1.3.8 Do pagamento – arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78;
 - 9.1.3.9 Da cessação e revisão – art. 79, 80 e 86;
 - 9.1.3.10 Da compensação dos demais regimes e sistemas – arts. 87 e 88;
 - 9.1.3.11 Das disposições finais e transitórias – arts. 90, 91, 92, 93 e 94.

10. CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- 10.1 Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS;
- 10.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 – capítulo XI;
- 10.3 Manual do Pró-Gestão RPPS;
- 10.4 Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS;



PERFORMANCE

	10.4.1	Objetivos;	
	10.4.2	Premissas;	
10.4.3		Adesão voluntária;	5
10.4.4		Dimensões;	
10.4.5		Níveis de aderência;	
10.4.6		Temporalidade;	
10.4.7		Regularidade previdenciária;	
10.4.8		Manutenção e renovação da certificação;	
10.5		Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022, capítulo V, seção I;	
10.6		ISP-RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022, capítulo XII.	
11.		CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO	
11.1		Controle na Administração Pública: conceitos e objetivos;	
11.2		Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros dos RPPS, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS;	
11.3		Auditoria Interna – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);	
11.4		Ministério Público: – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);	
11.5		Tribunal de Contas – art. 59 da LC nº 101/2000 (LRF);	
11.6		Secretaria dos Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98, art. 9º e Portaria MPS nº 1.467/2022, arts. 251 ao 255;	5
11.7		Sociedade: transparência pública e o controle social;	
11.8		Regulação e supervisão dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022:	
11.8.1		Competência – arts. 239 e 240;	
11.8.2		Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I;	
11.8.3		Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III;	
11.8.4		Fiscalização do RPPS – capítulo XIII, seção V;	
11.8.5		Processo Administrativo Previdenciário – PAP – capítulo XIII, seção VI.	
12.		RESPONSABILIDADES E INELEGIBILIDADES	
12.1		Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A;	
12.2		Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal):	
12.2.1		Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária;	
12.2.2		Art. 299 – Falsidade Ideológica;	
12.2.3		Art. 312 – Peculato;	
12.2.4		Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações;	
12.2.5		Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas;	5
12.2.6		Art. 317 – Corrupção Passiva;	
12.2.7		Art. 319 – Prevaricação;	
12.2.8		Art. 333 – Corrupção Ativa;	
12.2.9		Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária;	
12.3		Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa):	
12.3.1		Art. 2º – Agente Público;	
12.3.2		Art. 9º – Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;	
12.3.3		Art. 10 – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;	
12.3.4		Art. 11 – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública;	
12.4		Lei nº 9.613/1998:	
12.4.1		Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;	
12.4.2		Art. 7º – Efeitos da condenação;	
12.4.3		Art. 9º – Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle;	
12.5		Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º, inciso I (inelegibilidades).	
13.		GESTÃO, GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO, ÉTICA, RISCOS E COMPLIANCE	
13.1		Ética e integridade: conceitos;	
13.2		Gestão e governança: conceitos;	



PERFORMANCE

- 13.3 Governança pública: conceito e princípios;
13.4 Conflito de interesses: conceito;
13.5 Governança corporativa e seus princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa – conforme Manual do Pró-Gestão RPPS;
13.6 Estrutura de governança do RPPS e suas atribuições: dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão das aplicações dos recursos, conselho deliberativo, conselho fiscal e comitê de investimentos, ou órgãos equivalentes;
13.7 Gestão de riscos: conceitos, importância da gestão de riscos, como fazer a gestão de riscos e ferramentas de gestão de riscos;
Programa de *compliance*: conceito e benefícios.

INVESTIMENTO CURSO PRESENCIAL: O valor será R\$ 890,00 (Oitocentos e Noventa Reais) por participante, perfazendo um valor global de R\$ 3.560 (Três mil, quinhentos e sessenta reais) referente a quatro inscrições para os quatro dias de curso (30 horas aula) com material de estudo, coffe break e acesso a plataforma de simulados.

OBS.: além do curso presencial o aluno terá acesso ao simulado online da Performance e as aulas do curso on-line por 90 dias, contendo mais de 300 questões idênticas a prova para melhor aprendizado e fixação do conteúdo, acesso as aulas gravadas por 90 dias para revisão e acompanhamento para retirar dúvidas até a realização da prova. Cada participante receberá um link via e-mail no qual terá acesso as aulas online pela conta do you tube vinculada ao seu e-mail.

Validade da proposta: 30 (trinta) dias

Goiânia, 29 de abril de 2025;

**PERFORMANCE
LTDA:411255560
00191**

**JUSCILENE RODRIGUES PEREIRA OLIVEIRA
PERFORMANCE LTDA
CNPJ: 41.125.556/0001-91**

Assinado de forma digital por PERFORMANCE
LTDA:41125556000191
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=Goi, l=Goiânia, ou=AC
MAXIMUS TECNOLOGIA E EVENTOS v5,
ou=05405987000148, ou=Videoconferencia,
ou=Certificado PJ AT, cn=PERFORMANCE
LTDA:41125556000191
Versão do Adobe Acrobat Reader: 2025.001.20458